**UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NUMA TURMA DE 3° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – PIBID/UNEAL, CAMPUS I**

Bianca Ramos de Jesus
Juliana Pereira Lima Santos
Graduandas do curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEAL – Campus I
juliana\_pls12@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo foi realizado a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola de Ensino Fundamental Professor Jayme de Altavilla, no município de Arapiraca - Alagoas, numa turma de 3° ano partindo do objetivo de entender e analisar as relações de gênero entre as crianças através da observação de seus comportamentos diários nas atividades em sala de aula. Atrelando observação e pesquisa pudemos constatar como as influências de condicionamentos sociais interferem no comportamento e desenvolvimento infantil onde as distinções sexistas já estão internalizadas e naturalizadas nas próprias crianças bem como nas ações do corpo docente e de toda a equipe gestora da escola. Dentro desse contexto de análise escolar pudemos também fazer uma reflexão sobre qual é o papel da escola dentro desse processo: a escola é uma mera reprodutora desse modelo de pensamento instituído historicamente pela sociedade? Ou ela consegue produzir atitudes e incentivar comportamentos que rompam com esses paradigmas preestabelecidos? Até onde a formação docente pode intervir numa possível reprodução dessas ações?

**Palavras-chave:** Análise escolar, Comportamento, Gênero, Observação.

**ABSTRACT:** This article was based on the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarship (PIBID) at the Professor Jayme de Altavilla Elementary School, in the municipality of Arapiraca - Alagoas, in a 3rd year class based on the objective of understanding and analyzing the Gender relationships among children through observation of their daily behaviors in classroom activities. By coupling observation and research we could see how the influences of social conditioning interfere in child behavior and development where sexist distinctions are already internalized and naturalized in the children themselves as well as in the actions of the faculty and the entire school management team. Within this context of school analysis we could also reflect on what is the role of the school within this process: is the school a mere reproducer of this thought model historically instituted by society? Or can it produce attitudes and encourage behaviors that break with these pre-established paradigms? How far can teacher education intervene in a possible reproduction of these actions?

**Key words:** Behavior, Gender, Observation, School Analysis.

**1 INTRODUÇÃO**

* 1. **O que é gênero: contextualização**

O conceito de gênero sugere um conjunto de ideias que perpassam a história da sociedade.

“Nomes como Rousseau (século XVIII), Michelet e Frõebel (século XIX), defendiam uma educação diferenciada em função do sexo. Os manuais de civilidade ou boas maneiras, veiculados em fins do século XVIII, ganharam força no século XIX e início do século XX, trazendo inúmeras recomendações às meninas e meninos, mulheres e homens.” (FELIPE, 2000)

Existe uma necessidade coletiva de se separar capacidades e comportamentos em detrimento dos mais diversos aspectos como religião, raça, cor, sexo e, consequentemente, gênero.

Nicholson (2000) resumiu essas formas de entender e utilizar o conceito de gênero em três categorias: o determinismo biológico, o funcionalismo biológico e o construcionismo social. É chamado determinismo biológico a ocorrência de um fenômeno específico que seja considerado inteiramente como consequência de fatores biológicos. A conceituação de gênero comumente utilizada dentro da sociedade contemporânea é limitada à ideia de distinção entre “ser” mulher e/ou “ser” homem, entre feminilidade e masculinidade, fazendo-se admitir à gênero uma conceituação permeada por essa ideia de determinismo biológico e que se volta para a análise desses papéis e atitudes já hegemonizados, quando o gênero, na verdade, é uma construção histórica, cultural e social.

“O conceito de gênero propõe um afastamento de análises que repousam sobre uma idéia reduzida de papéis, funções de mulher e de homem, para aproximar-nos de uma abordagem muito mais ampla que considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação.” (MEYER, 2005)

Tudo começa antes mesmo de nascimento, quando se é descoberto o sexo biológico do indivíduo. Lhe é atribuído o gênero a partir do sexo e, a partir daí, tudo é planejado e organizado dentro das concepções daquilo que foi construído para esse gênero: se menino, pinta-se o quarto de azul e são comprados carrinhos, bolas e bonecos do Batman; se menina, é hora da tinta rosa, das bonecas, panelinhas e tiaras de princesa.

“O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família, de acordo com a expectativa que traz, começa a preparar o enxoval de acordo com o sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. No momento do nascimento de um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo – menina ou menino – e a partir desse momento ele/ela começa a receber mensagens sobre o que a sociedade espera dele/dela. Isso significa que, por ter genitais femininos ou masculinos, eles/elas são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar. [...] as relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.” (CABRAL; DIAZ, 1998)

É fazendo essa análise que se torna perceptível que quando se é feita referência à feminilidade ou masculinidade está sendo feita a relação de comportamentos que foram criados e instituídos pela própria sociedade e impostos como atitudes aceitáveis a serem seguidas por mulheres e homens. Ao dizermos que um homem tem comportamentos ou trejeitos “afeminados” estamos reforçando essa conceituação. Por que uma atitude ou comportamento específico são tidos como exclusivamente femininos ou masculinos? Quando esses comportamentos passaram a interferir ou definir o que é ser mulher ou ser homem?

“O conceito de gênero procura se contrapor à idéia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, enfatizando os processos de construção ou formação histórica, lingüística e socialmente determinada. A constituição de cada pessoa deve ser pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos. Desta forma, o conceito de gênero trouxe­nos a possibilidade de colocar em discussão as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, posicionando­os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças.” (FELIPE, 2005)

Assim, observamos que o estudo de gênero deve ser passado com a total consciência de que esta acompanha a progressão da proporia sociedade e suas relações já que estes se encontram em constante mutação.

**2. GÊNERO E A EDUCAÇÃO INFANTIL**

É importante enxergar a educação infantil como um momento propício para o início de uma construção de valores, conhecimentos e pensamentos tanto para o desenvolvimento cognitivo do aluno como na formação dos valores morais de cada um, já que a escola tem o dever de contribuir para o desenvolvimento integral deste indivíduo entendendo que é na mesma onde a criança inicia sua vida social e, assim, esse acaba sendo o momento mais importante do seu desenvolvimento já que marca a construção de seus posicionamentos socioculturais diante das diversidades.

“Desde sua constituição, a escola moderna é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. Embora não seja possível atribuir a ela toda a responsabilidade pela construção das identidades sociais, ela continua sendo, para crianças e jovens, um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais.” (MEYER, 2004)

A partir da observação dos comportamentos das crianças em sala de aula da escola participante do projeto, pudemos constatar a importância de se tratar e estudar sobre tal assunto. É nítida a influência na escola dos pensamentos e comportamentos repressores e opressores instituídos pela sociedade e que são reproduzidos muitas vezes de forma inconsciente dentro do ambiente escolar.

“A escola, em geral, não disponibiliza outras formas de masculinidade e feminilidade, preocupando­se apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo a referência. Tudo o que se distanciar dela poderá ser interpretado como anormal, desviante (FELIPE, 2005)

As normas e regras da escola e do ambiente familiar moldam a identidade das crianças e constatamos isso ao ver em como já é natural para as crianças a divisão em grupos de meninas e grupos meninos, o que vem a trazer dificuldades nas relações entre eles mesmos em sala de aula. Em determinadas atividades em que eram necessárias a formação de duplas, por exemplo, não foi obtida uma aceitação das crianças ao serem firmados pares entre um menino e uma menina, dificultando a execução delas. Quando se é obtida a aceitação de algumas crianças, estas logo são vistas de maneira diferente pelas outras sendo alvos de comentários e críticas. E assim conseguimos observar o mesmo comportamento em várias outras atividades, como na realização de projetos e festividades: menino não fica junto de menina.

Por vezes, a escola, ao invés de propiciar atividades e condições não discriminatórias entre meninos e meninas, acaba por criar situações adversas, causando cada vez mais as desigualdades e a distinção sexista e, consequentemente, a hierarquização entre os sexos, inferindo nas crianças que, de fato, meninos e meninas não devem ficar próximos e/ou que meninos são mais fortes e bagunceiros, já as meninas são mais espertas e recatadas, dentre outras rotulações.

Isso só vem a reforçar as concepções sobre os comportamentos desejados e que são esperados a serem realizados pelos meninos e pelas meninas, reafirmando lhes o papel que a sociedade lhes impõe como se ambos realmente fizessem parte de mundos distintos, o que pode vir a acarretar problemas posteriores na sua vida adulta, tanto ao falar em relações de poder, como na perspectiva de que muitas crianças crescem e não se veem enquadradas em tais conceitos já preestabelecidos.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em tempos onde a busca por respeito e igualdade têm sido uma luta constante, tratar sobre assuntos da diversidade humana no ingresso da vida escolar poderá trazer mudanças e reconstruções de ideologias que se estendem durante tempos e que deveriam acompanhar a evolução da sociedade. Infelizmente, vemos educadores se utilizarem de práticas pedagógicas que vão contra essa progressão fazendo uso de concepções conservadoras e segregadoras.

[...]A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. [...] Para isso, o professor deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder as perguntas de forma direta e esclarecedora. [...] Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.” (PCN, 1997)

Nesse contexto, FELIPE (1999) reforça que o compromisso do educador é “problematizar as relações de poder que circulam nas diferentes instituições e espaços sociais, buscando também meios de se contrapor às diversas políticas de discriminação na sociedade”. A preparação do docente é imprescindível neste quesito pois é a partir dela que ocorre a transformação da escola para a cidadania, é ele o agente portador da chave para a transformação e consciência do seu aluno, e essa preparação deve ocorrer desde a sua formação. É necessário que nesse período de formação sejam ofertadas e bem aproveitadas disciplinas que possam ampliar a visão social, instigando e mostrando caminhos para quebrar os parâmetros sociais comumente impostos, assim, o professor estará preparado para atuar e modificar a sua realidade e/ou a realidade da sua escola e de seus alunos, já que é a escola o ambiente das primeiras relações de interação social da criança.

Dessa forma, caberá ao professor auxiliar essas crianças a desenvolverem sensibilidade crítica desde o começo da trajetória educacional, ou seja, na educação infantil, pois é a fase onde a criança já compreende as informações que a cercam, elas só precisam ser direcionadas para que elas mesmas tenham parâmetros para refletir e chegar à suas próprias conclusões acerca do certo e errado nas situações.

Essa é a real função social da escola: formar o cidadão para a não conformidade, para questionar, pensar e ter seu próprio entendimento acerca do mundo. Acreditamos ser esta a direção para uma educação não sexista, que respeite a individualidade dos sujeitos com todas as suas diferenças, sem que estas levem às desigualdades.

**4. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**:  apresentação dos temas transversais, ética. v. 8. Brasília: MECSEF, 1997.
CABRAL, F. DÍAZ, M. **Relações de gênero**. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Cadernos afetividade e sexualidade na escola: um novo olhar. Belo Horizonte: Rona, 1998.
FELIPE, Jane. **Entre tias e tiazinhas: Pedagogias culturais em circulação**. In. SILVA, Luiz Heron (org.). Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo? Petrópolis: Vozes, 1999.
FELIPE, Jane. In: BIAGIO, Rita de. **Meninas de azul, meninos de rosa.** Revista Criança do Professor da Educação Infantil, São Paulo, nº 40, set. 2005.
FELIPE, Jane. **Infância, Gênero e Sexualidade. Educação e Realidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, (1), 2000.
MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
MEYER, Dagmar Estermam; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (org.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004.
NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero. Estudos feministas,** Florianópolis, v.8, n.2, 2000.